



Fatores determinantes da conformidade dos Relatórios Integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC)

Resumo: A crescente preocupação com a questão socioambiental mobiliza diversas iniciativas governamentais e não governamentais com o objetivo de debater e propor soluções. O Relatório Integrado (RI), introduzido pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), é uma destas medidas que tem como propósito reunir informações relevantes sobre estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma empresa, de modo a refletir o contexto comercial, social e ambiental nos quais opera, auxiliando os gestores na tomada de decisão. Nesta perspectiva, o estudo tem por objetivo analisar os fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo *International Integrated Reporting Council*, em empresas brasileiras de capital aberto, referente ao exercício de 2015. Para tanto, realizou-se pesquisa quantitativa, de caráter descritivo e documental quanto aos procedimentos de coleta dos dados. A amostra investigada considerou 254 empresas constantes da listagem “relate ou explique” da BM&FBovespa 2015 e a lista de verificações incluiu trinta e três itens de distribuídos em sete dimensões. Os resultados permitiram constatar que os principais fatores que influenciam o nível de conformidade das informações divulgadas pelas empresas investigadas, em relação ao proposto pelo IIRC, são o retorno sobre os ativos, o tamanho da empresa, o crescimento das vendas, a relação *market-to-book* e a presença no índice de sustentabilidade empresarial. Evidencia-se um grande interesse por parte das companhias em divulgar informações de sustentabilidade, essencialmente, aquelas que tem maior destaque e exposição na sociedade.

Palavras-chave: Relatório Integrado; *International Integrated Reporting Council*; sustentabilidade empresarial.

Linha Temática: Responsabilidade Social e Ambiental



1. Introdução

A harmonização da questão financeira com o pensamento emergente sobre o meio ambiente, bem como as informações inerentes à sustentabilidade, tornaram-se imprescindíveis com o passar dos anos. Sendo assim, aumentou-se a exigência por uma visão com base na prosperidade econômica, na qualidade ambiental e na justiça social. Nesta direção, o sucesso do mercado dependerá da capacidade de empresas, ou até mesmo de toda a cadeia de valor, em atingir, simultaneamente, lucratividade, qualidade ambiental e justiça social (Elkington, 2012).

O conceito mais abrangente de desenvolvimento sustentável apoia-se na integração de questões que envolvem as áreas sociais, ambientais e econômicas, constituindo o tripé da sustentabilidade, internacionalmente conhecido como *Triple Bottom Line* (TBL). A ideia do TBL é que o sucesso final de uma empresa pode e deve ser medido não apenas pelo resultado financeiro, mas também, pelo seu desenvolvimento social e ambiental (Elkington, 2012). Em meio a esse conceito, se encontram as práticas empresariais direcionadas de forma ética e com responsabilidade social, tornando-se importantes funções ligadas à governança e a gestão corporativa, desenvolvendo ferramentas que as tornam mais transparentes para os gestores, acionistas e outras partes interessadas (Slaper & Hall, 2011; Rizzi, Mazzioni, Zanin, Kruger & Di Domenico, 2016).

Com a crescente divulgação de informações voluntárias, observou-se a necessidade de padronizar os relatórios de sustentabilidade para proporcionar melhor análise e comparabilidade das informações. Consequentemente, em 1997 foi constituída nos Estados Unidos a entidade sem fins lucrativos *Global Reporting Initiative* (GRI), com o intuito de auxiliar as entidades na elaboração das informações voluntárias, estabelecendo padrões globais para relatórios de sustentabilidade, embora não seja obrigatório.

Em que pese o fato do GRI ter proporcionado grandes avanços em termos de informações de sustentabilidade, Freitas e Freire (2017) avaliam que os dados contidos nos relatórios são, em sua maioria, divulgados de maneira numerosa, desconexa e estatística. Por sua vez, Lozano e Huisingh (2011) avaliam que o modelo GRI é uma das melhores estruturas disponíveis de informações voluntárias, mas apresenta falhas ao divulgar diferentes documentos em desconexão espacial e temporal, pois não se divulgam as prospecções ao longo do tempo.

Uma nova abordagem foi proposta pelo Conselho Internacional de Relatório Integrado (*International Integrated Reporting Council* - IIRC), considerado um modelo mais moderno e abrangente para a preparação e a divulgação de informações financeiras e não financeiras ao mercado. Nomeado como Relatório Integrado (RI), objetiva reunir informações relevantes sobre estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma empresa, de modo a refletir o contexto comercial, social e ambiental nos quais opera, auxiliando os gestores na tomada de decisão (Perez Junior, Olivieri Neto & Silva, 2014).

A principal finalidade do Relatório Integrado é atender a demanda cada vez maior de investidores e credores, que desejam transparência em relação às informações sobre as aplicações de recursos efetuados pela entidade. O RI é estruturado com informações de áreas específicas e integradas, formando um conjunto completo de informações úteis para seus usuários tomarem decisões (Perez Junior *et al.*, 2014).

Apesar do RI ainda não estar inserido de forma integral nas empresas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, em seu contexto procura incentivar a realização de investimentos de longo prazo. Os pesquisadores sociais e contábeis alertam para o fato de que grandes investimentos realizados somente em caráter de curto prazo podem ser uma ameaça para a sustentabilidade ambiental e social. Desta forma, o RI tem o potencial para o progresso das metas de sustentabilidade, fazendo parte de uma reorganização mais ampla dos mercados de capitais, capaz de recompensar perspectivas a longo prazo. Além desta vantagem, por ser um

relatório mais usual, o RI gera valor pela sua inserção na tomada de decisão (Tweedie & Martinov-Bennie, 2015).

A partir do contexto apresentado, considerando o fato de que o Relatório Integrado é a proposta mais atual voltada à sustentabilidade empresarial, a pesquisa pretende responder a seguinte questão de pesquisa: quais os fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), em empresas brasileiras de capital aberto, referente ao exercício de 2015? O objetivo da investigação é analisar os fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), em empresas brasileiras de capital aberto, referente ao exercício de 2015.

Realizar a integração das informações financeiras e não financeiras tornou-se indispensável para a gestão, uma vez que decorre da prerrogativa de que nada existe independentemente (Lozano, 2013). Assim, a introdução de um modelo diferente do até então utilizado no meio empresarial para informações socioambientais, não tem como mérito a criação de um novo tipo de relatório, mas de orientar que todos os relatórios adotados pela organização sejam integrados, transmitindo informações coesas sobre seu desempenho e demonstrando como a organização cria valor (Carvalho, 2013).

Por acompanhar a trajetória dos relatórios corporativos, Carvalho e Kassai (2013) acreditam que a evolução para o Relatório Integrado seja um caminho sem volta: “As empresas irão descobrir novas formas de alcançar rentabilidade e criar valor para o acionista, de acordo com um novo modelo de negócio, com base em seis diferentes tipos de capitais e com amplas e novas alternativas de negociação” (Carvalho & Kassai, 2013, p. 190).

Estas considerações ressaltam a importância de estudos voltados a esta temática, essencialmente pelas ainda incipientes pesquisas e pelas contribuições que os resultados empíricos podem proporcionar na consolidação do uso da estrutura recomendada.

2. Revisão da literatura

A revisão da literatura apresenta os conceitos que sustentam o assunto pesquisado e serve como guia para a análise dos dados.

2.1 Relatório Integrado

Os relatórios de responsabilidade socioambiental corporativa são desenvolvidos principalmente sob a forma de uma agenda aos relatórios anuais tradicionais, onde abordam separadamente informações financeiras e não financeiras. Se analisadas por meio de uma abordagem estratégica, as informações financeiras e não financeiras são efetivamente interligadas. Desta forma, a contabilidade, quando separada dessas duas informações, desvincula aspectos inter-relacionados, dificultado assim a análise ampla dos dados. Além disso, relatórios anuais e de responsabilidade socioambientais tradicionais são retrospectivos, não apresentam metas de longo prazo e os riscos cruciais que podem tornar-se relevantes no futuro (Martin & Hadley, 2008).

Em virtude das barreiras existentes nos relatórios tradicionais, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) desenvolveu o Relatório Integrado (RI), com lançamento internacional da primeira estrutura em dezembro de 2013. O objetivo do IIRC foi desenvolver um modelo de relatório modernizado e abrangente, para preparação e divulgação de informações financeiras e não financeiras ao mercado (Perez Junior *et al.*, 2014). A intenção do IIRC é a de orientar o desenvolvimento de relatórios de forma que sejam integrados, transmitindo informações ligadas sobre seu desempenho e demonstrando como a organização cria valor (Carvalho & Kassai, 2014; Rizzi *et al.*, 2016).



A proposta de criação do modelo de Relatório Integrado representa uma evolução no processo de gestão e comunicação corporativa, uma iniciativa do *The PricewaterhouseCoopers Accounting for Sustainability Project* (A4S) juntamente com o *Global Reporting Initiative* (GRI). O IIRC, entidade fundadora do RI, é uma coalizão formada por órgãos reguladores, investidores, profissionais contábeis, organizações não governamentais e empresas de nível global que compartilham a visão da geração de valor como próxima evolução em Relatórios corporativos.

Apesar de representar uma revolução, o relatório não visa substituí-los e sim integrá-los por meio de uma visão holística no contexto do ambiente externo da organização e suas estratégias, governança, desempenho e perspectivas, levando à tona informações sobre a geração de valor no curto, médio e longo prazo (Eccles & Saltzman, 2011; Zaro, 2015).

Para o Relatório Integrado foram atribuídos os seguintes objetivos (IIRC, 2013):

- a) Melhorar a qualidade das informações disponíveis para os fornecedores de capital financeiro, para permitir uma alocação mais eficiente e produtiva do capital;
- b) Promover uma abordagem mais coesa e eficiente para relatórios corporativos, baseada em relatórios de diferentes vertentes e comunicar toda a gama de fatores que afetam materialmente a capacidade de uma organização para criação de valor ao longo do tempo;
- c) Melhorar a prestação de contas e gestão para a ampla base de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e relacionamento, e compreensão natural), promovendo a sua interdependência;
- d) Suporte integrado de pensamento, tomada de decisão e ações que incidem sobre a criação de valor ao longo do curto, médio e longo prazo.

Os princípios mencionados influenciam diretamente na forma como os elementos de conteúdo são expostos nos Relatórios Integrados, sendo que, tais elementos devem ser divulgados de forma à compreensão da estrutura conceitual. Ainda em consonância com o IIRC, a aplicação dos princípios básicos para determinar a forma pela qual a informação deve ser relatada precisa ser realizada com bom senso.

Todavia, o Relatório Integrado foi criticado por Flower (2015), principalmente por dois motivos. Primeiro, por não obrigar as organizações a divulgarem no formato proposto pelo IIRC, deixando-as livres para informarem em modelo no qual julgarem mais conveniente, facilitando assim, o não enquadramento às propostas do RI. Outro fator criticado foi a composição dos fundadores do IIRC que integra idealistas (defensores da contabilidade socioambiental) e realistas (representantes da profissão de contadores, preparadores e reguladores). Os realistas formam a maioria do Conselho do IIRC, têm vantagens nas decisões e, consequentemente, levam mais ao cunho particular da contabilidade. Por isso, segundo Flower (2015), muitas vezes, deixam o item sustentabilidade em segundo plano.

Thomson (2015) corrobora com as críticas elencadas por Flower (2015), uma vez que as mudanças na sustentabilidade não foram alcançadas, sendo que estas medidas dependem do pensamento integrado e de uma contabilidade integrada. Assim, um Relatório Integrado deve considerar as características do que constituiria uma empresa sustentável, operando em um mundo sustentável. Além disso, no mesmo caminho, deveria responder por todas as consequências insustentáveis de suas ações e intenções. Ou seja, Thomson (2015) argumenta que um Relatório Integrado deve integrar as vozes, os valores de diferentes comunidades e o mundo natural, e não uma estreita faixa de dialetos corporativos que estão mencionados nas diretrizes do IIRC.

Apesar das críticas, Adams (2015) acredita que o relatório proposto pelo IIRC tem grandes potenciais de contribuição com as organizações na promoção da divulgação de informações em relação aos fatores ambientais, sociais e financeiros, confirmando a propagação dos objetivos sugeridos para o RI. Implementar o Relatório Integrado requer o desenvolvimento

de novos processos contábeis e de gestão, sendo assim, pode ser considerado precoce a análise da real eficiência da implantação deste relatório para a sociedade. O potencial do RI para efetivar a mudança depende da extensão da criação de uma fonte de dissonância significativa, o suficiente para mudar o modo dos gestores de pensar dentro das restrições impostas para a maximização do lucro. Adams (2015) destaca, ainda, que sem idealismo e intenções dignas o Relatório Integrado não teria saído do papel.

O estudo de Tweedie e Martinov-Bennie (2015) indicou três contribuições do RI para a sustentabilidade. Em primeiro lugar, o RI pode envolver organizações que de outra forma não divulgariam quaisquer informações sociais e ambientais. Em segundo lugar, permite que as partes interessadas não financeiras contribuam para informações e metas de sustentabilidade dentro das organizações. Em terceiro lugar, o RI pode melhorar os resultados de sustentabilidade, fazendo parte de uma mudança mais abrangente na elaboração de relatórios corporativos e de investimentos no sentido de uma perspectiva de longo prazo.

O Relatório Integrado refere-se a um processo de harmonização e de convergência dos sistemas de gestão organizacional e do processo de comunicação corporativa. Na raiz do conceito deste relatório está uma profunda mudança mental e de atitude de membros de conselhos de administração e diretores executivos, em um movimento “*top - down*” (de cima para baixo) que incorpore os valores de criação sustentável de riqueza por toda a organização empresarial, sendo que estes valores devem fazer parte do plano estratégico da empresa (Carvalho & Kassai, 2014).

As orientações do modelo proposto de Relatório Integrado abordam conceitos importantes referentes à geração de valor dentro e fora da organização por meio da interação de seus capitais, sendo que a capacidade de gerar valor para si mesma está diretamente relacionada à geração de valor para terceiros. Desta forma, o principal objetivo do Relatório Integrado é atender à demanda cada vez maior dos investidores e credores, que desejam transparência em relação às informações sobre as aplicações de recursos efetuadas pelas entidades (Perez Junior *et al.*, 2014).

A estrutura proposta pelo IIRC (*framework*) indica a análise de seis capitais para o RI: capital financeiro (fundo disponível a ser usado na produção de bens e serviços, e obtido por meio de financiamentos ou gerados pelas atividades da empresa ou por seus investimentos); capital manufaturado (objetos físicos disponíveis para a produção de bens ou prestação de serviços como edifícios, equipamentos e infraestrutura); capital intelectual (intangíveis tais como patentes, direitos autorais, licenças e *softwares*); capital humano (competências das pessoas como a habilidade de entender e implementar estratégias na organização, lealdade e motivação para melhorar os processos, incluindo a capacidade de conduzir, gerir e colaborar); capital social e de relacionamento (relacionamento da empresa com a sociedade, grupos de *stakeholders* e outros interessados, e a habilidade em compartilhar informações para melhorar o bem-estar coletivo e individual); capital natural (recursos naturais renováveis e não renováveis e processos que fornecem bens ou serviços que suportam a prosperidade da organização ao longo do tempo) (IIRC, 2013).

A *Framework* propõe também os princípios de orientação e elementos de conteúdo que norteiam a aplicação do Relatório Integrado, de forma que contempla o conteúdo da informação e como este deve ser apresentado, subdividido no foco estratégico e orientação futura; conectividade de informações; relacionamento com *stakeholders*; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; consistência e comparabilidade (IIRC, 2013).

A conectividade de informações refere-se à imagem holística que deve ser apresentada sobre a combinação, inter-relação e dependências entre os fatores que afetam a habilidade de uma organização em criar valor no curto, médio e longo prazo. Ela está intimamente ligada ao pensamento integrado. Quanto mais o pensamento integrado estiver incorporado às atividades



de uma organização, mais naturalmente a conectividade de informações irá fluir nos relatórios gerenciais, análises e tomadas de decisões e, conseqüentemente, no Relatório Integrado (IIRC, 2013).

De forma geral, a introdução do relatório integrado tem a pretensão de atender as necessidades dos atuais usuários das informações, auxiliando na tomada de decisões. Este modelo proporciona maior compreensão do atual estado da arte que a empresa se encontra, principalmente, por fornecer informações integradas de cunho financeiro e não-financeiro e proporciona uma visão de curto, médio e longo prazos. Estas dimensões são relevantes para a gestão estratégica da empresa e para a necessidade informacional de todos os seus usuários (Fragalli, Panhoca, González, Almeida & Costa 2014; Rizzi *et al.*, 2016).

2.2 Evidências empíricas e fatores determinantes da conformidade do Relatório Integrado

Analisando-se estudos internacionais e nacionais, constata-se que alguns fatores determinantes da divulgação são comuns para a averiguação no âmbito socioambiental. A divulgação voluntária de informações nos relatórios está relacionada com os aspectos da gestão da empresa, da cultura, com o sistema jurídico e o contexto institucional do país onde a empresa está situada (Hossain & Hammami, 2009).

Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015) avaliaram uma amostra de 316 empresas listadas na BM&FBovespa no ano de 2013. A pesquisa evidenciou que 42,1% das empresas divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou o Relatório Integrado, 33,9% não divulgaram, mas justificaram e 24,1% não divulgaram e não explicaram. A análise dos resultados indicou também que as variáveis tamanho e níveis diferenciados de governança corporativa (NGC) mostraram-se significantes, possuindo caráter discriminante. Porém, as variáveis setor, internacionalização e participação no Ibovespa não foram consideradas fatores discriminantes em relação às empresas pesquisadas. Com base na Teoria dos *Stakeholders* concluíram que as variáveis tamanho e NGC constituem discriminantes entre os *clusters*, por representarem as condições para compreensão da influência que *stakeholders* exercem sobre a empresa e como as empresas respondem a essas influências.

O tamanho de uma companhia pode influenciar sua disposição em realizar (e divulgar) ações de responsabilidade social corporativa, sendo considerado como fator decisivo para *disclosure* de RSC (Murcia, Rover, Lima, Fávero & Lima, 2008; Nunes, Teixeira, Nossa & Galdi, 2010; Teixeira, Nossa & Funchal *et al.*, 2011; Andrade, Bressan, Iquiapaza & Moreira, 2013). Como grandes empresas possuem maior exposição na sociedade e no mercado, os custos dessa exposição são maiores, fazendo com que as empresas sejam mais transparentes e se preocupem com sua reputação (Murcia *et al.*, 2008; Slewinski *et al.*, 2015).

O *disclosure* pode ser entendido como uma das bases das boas práticas de governança corporativa, dessa forma, empresas que participam de níveis diferenciados de governança corporativa na BM&FBovespa se comprometem em divulgar uma quantidade maior de informações aos seus usuários e de qualidade superior (Braga, Oliveira & Salotti, 2009; Slewinski *et al.*, 2015).

Braga *et al.* (2009) realizaram estudo com o objetivo de avaliar empiricamente a influência de determinadas variáveis sobre o nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras, incluindo a variável nível de governança corporativa no rol de suas variáveis explicativas. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 108 empresas extraídas do *ranking* da revista Exame Melhores e Maiores 2007. Os resultados apontaram que as empresas listadas em níveis diferenciados de governança corporativa apresentaram nível médio de divulgação superior ao das empresas não listadas. Porém, o teste de médias revelou que as diferenças não eram estatisticamente significativas. Desta forma, os autores concluíram

que a empresa estar ou não em um nível de governança diferenciado não influenciou na divulgação de informações de cunho ambiental.

Pinho e Carneiro (2014) investigaram os fatores determinantes da divulgação do Relatório Integrado em uma amostra de sessenta e nove (69) empresas listadas no Ibovespa, em 2012. A análise dos resultados constatou que o tamanho da empresa e o investimento social externo não são determinantes para a divulgação do RI.

Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) investigaram as variáveis capazes de influenciar na probabilidade de publicação do relatório de sustentabilidade ou relato integrado pelas empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2011 a 2014, analisando 386 companhias. Utilizaram como fatores explicativos o tamanho, rentabilidade, nível de governança corporativa, participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e setor de atuação das empresas com atividades de alto grau de impacto ambiental, em relação à probabilidade de divulgação de relatórios de sustentabilidade ou integrado. Constataram que o tamanho e a participação da empresa na carteira do ISE impactaram de forma positiva na probabilidade de publicação de um dos relatórios. Por outro lado, as variáveis “rentabilidade”, “nível de governança corporativa” e “setor” não tiveram resultados significativos para a amostra selecionada.

Um dos fatores positivos para a divulgação do RI, segundo pesquisa de Ricardo *et al.* (2017), é a inclusão ao índice de sustentabilidade empresarial (ISE). Criado pela Bovespa, o ISE se originou objetivando um contexto compatível com as necessidades de desenvolvimento sustentável da atualidade e motivar a sustentabilidade empresarial pautada pela eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social (Ricardo *et al.*, 2017). O índice atualmente é composto por 40 empresas entre as listadas na BM&FBovespa que possuem as 150 ações mais líquidas no mercado. Essas entidades são selecionadas ao cumprirem alguns requisitos e responderem às questões de cunho geral, ambiental e social. Normalmente, organizações que fazem parte da carteira do ISE são de grande porte e estão inseridas em mercados com grande foco de ambientalistas (Nunes *et al.*, 2010). Devido a isso, espera-se que companhias integrantes da carteira do ISE apresentem maior probabilidade de divulgação de relatório de sustentabilidade ou relato integrado.

Outra variável considerada por Ricardo *et al.* (2017) foi o setor de atividade, onde analisaram a possibilidade desta variável impactar diretamente na divulgação de relatórios sociais e ambientais. Nossa (2002) baseado nos estudos da KPMG (1999) e Cormier e Magnan (1997), concluiu que os relatórios têm grande variação entre as companhias de diferentes setores. Além disso, ressaltou que aquelas empresas que possuem maior grau de impacto ambiental tendem a produzir mais relatórios, visto que pelas características de sua atividade possuem deveres ambientais subjacentes.

Murcia (2009) pesquisou os fatores que explicam o nível de divulgação voluntária de companhias abertas no Brasil. A amostra do estudo foi composta pelas 100 maiores empresas abertas listadas na BM&FBovespa no ano de 2007. Como resultado evidenciou que as variáveis ‘Setor’ e ‘Origem do Controle’ foram significativas para todos os três parâmetros de *disclosure* testados: econômico, socioambiental e total. A variável ‘Rentabilidade’ mostrou-se significativa no modelo de *disclosure* econômico e no modelo de *disclosure* total. As variáveis ‘Endividamento’ e ‘Auditoria’ foram significativas apenas no modelo de *disclosure* econômico e as variáveis ‘Tamanho’, ‘Governança’, ‘Emissão de Ações’, ‘Crescimento’ e ‘Concentração do Controle’ não se mostraram estatisticamente significativas em nenhum dos três modelos de *disclosure*.

A necessidade de auditoria independente deriva da premissa de existência de conflitos de agência entre os gestores (responsáveis pelo processo de divulgação das informações corporativas) e os principais (proprietários do capital), surgindo a necessidade de se contratar

uma terceira parte independente para certificar as demonstrações contábeis. Assim, os auditores fornecem credibilidade às informações na medida em que atestam que as demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis (Murcia, 2009). Ashbaugh e Davis-Friday (2002) argumentam que o processo de monitoramento exercido pelos auditores independentes tende a tornar as demonstrações contábeis mais confiáveis.

A variável *market to book* - MTB (mercado/valor contábil) serve como medida do valor da empresa. Segundo pesquisas anteriores, esse valor aumenta quando uma empresa é social e ambientalmente responsável (Lafond & Roychowdhury, 2008; Lanis & Richardson, 2012). Portanto, as empresas mais valorizadas têm mais atenção dos investidores e devem divulgar mais informações para embasar as decisões dos interessados em investir.

As pesquisas prévias revelam a ampla abordagem do tema nível de divulgação da informação, a diversidade de indicadores utilizados na composição das métricas pelos pesquisadores e da variedade de fatores que podem influenciar a intenção das empresas em divulgar informações ao conjunto de usuários.

3. Procedimentos metodológicos

Quanto aos objetivos, a pesquisa é caracterizada como descritiva. De acordo com Gil (2006), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência, realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Quanto aos procedimentos, consiste de uma pesquisa documental, pois, vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2006). Quanto à abordagem do problema, o estudo possui predominância quantitativa. Silva e Menezes (2005) consideram que por meio da pesquisa quantitativa consegue-se explicar em números, opiniões e informações, para classificá-las e analisá-las. Para esse fim faz-se necessário o uso de métodos e técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.).

A pesquisa utilizou a técnica de análise de conteúdo para identificar as informações divulgadas nos relatórios integrados. A população do estudo compreende as empresas listadas no relatório de sustentabilidade ou integrado no ano de 2015, extraído no site da B&MFBovespa, totalizando 384 companhias. A amostra analisada ficou composta por 254 empresas que disponibilizaram as informações inerentes aos objetivos propostos na pesquisa.

Para fins de detectar o nível de conformidade das empresas pesquisadas com o relatório integrado, foi utilizada uma lista de verificação, descrita no Tabela 1, adaptada de Aceituno, Ariza e Sanches (2013), em que constam informações das áreas específicas do RI, respaldadas pelas diretrizes do IIRC.

Tabela 1 – Lista de verificação dos itens divulgáveis no Relatório Integrado

Área	Item
Modelo empresarial e organizacional	Definição de objetivos corporativos;
	Descrição das atividades, mercados, produtos e serviços;
	Identificação de fatores-chaves (capital intelectual, impacto ambiental, etc.) e os principais interessados;
	Atitude em relação ao risco.
Contexto, riscos e oportunidades	Descrição de aspectos comerciais, sociais, ambientais e contexto regulamentar;
	Descrição das principais relações com <i>stakeholders</i> internos e externos (necessidades e expectativas);
	Descrição dos principais riscos e oportunidades.
Objetivos estratégicos e estratégias	Identificação de indicadores quantitativos-chave de desempenho e risco (KPIs, KRIs);
	Definição da visão corporativa;
	Gestão de riscos em relação aos principais recursos e suas principais relações

	Definição/identificação de metas estratégicas;
	Relação das estratégias com outros elementos;
	Identificação de estratégias de diferenciação e vantagem competitiva.
Governança corporativa e políticas de remunerações	Descrição da governança corporativa;
	Influência da governança corporativa em decisões estratégicas;
	Influência da governança corporativa na remuneração dos executivos.
Comportamento, desempenho e criação de valor: financeiro, social e ambiental	Identificação dos resultados (financeiros e não-financeiros);
	Comparação de resultados com dados anteriores;
	Comparação de resultados com dados futuros;
	Relação entre KPIs (Indicadores quantitativos-chaves de desempenho) e metas estratégicas.
Perspectiva futura	Definição/identificação de desafios e oportunidades futuras (cenários);
	Referência ao saldo de interesses/metade de curto, médio e longo prazo;
	Referência a resultados/expectativas futuras.
Descrição dos indicadores quantitativos-chave de desempenho e risco analisados	EFICIÊNCIA ECONÔMICA
	Valor agregado, dívida, contribuição econômica para a comunidade, benefícios e empregados;
	Despesas financeiras, despesas de administração pública, resultado e receita;
	Fornecedores e retribuição aos acionistas.
	EFICIÊNCIA AMBIENTAL
	Eficiência energética (consumo de energia e consumo de água);
	Redução da poluição (emissões de poluição);
	Redução de resíduos (geração de resíduos e processamento de resíduos).
	EFICIÊNCIA SOCIAL
	Aumento do capital humano (absentismo, acidentes e doenças no local de trabalho, funcionários, volume de negócios, formação de colaboradores, gênero diversidade, estabilidade de emprego, antiguidade);
	Aumento do capital social (fornecedores certificados pela RSC, fornecedores locais, não conformidade, regulamentação legal relativa aos clientes, prazo de pagamento para fornecedores).

Fonte: Adaptado de Aceituno *et al.* (2013)

Outro procedimento de análise dos dados utilizado nesta pesquisa é a estatística descritiva. Martins e Theóphilo (2009) definem a estatística descritiva como a organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados, através da construção de gráficos, tabelas e do cálculo de medidas a partir de uma coleção de dados numéricos, podendo melhorar a compreensão e o comportamento da variável expressada no conjunto de dados analisados. Para tanto, foram calculados o mínimo, máximo, média, desvio padrão e frequência. Para avaliar a relação dos fatores determinantes da conformidade dos Relatórios Integrados foram analisadas variáveis por meio da aplicação de técnica de regressão por mínimos quadrados ordinários, realizada com o uso do *Software Gretl*®.

A análise da variável dependente é representada pelo nível de conformidade do relatório integrado, considerando-se duas abordagens: a presença de informação qualitativa, quantitativa e monetária (NCRI_3) e a presença de informação qualitativa, apenas (NCRI_1). Como fatores explicativos considerou-se o nível governança corporativa, vendas para o exterior, concentração de propriedade, retorno sobre ativos, nível de sustentabilidade, presença de investidor estrangeiro, *market to book* e estrutura de propriedade. Como variáveis de controle utilizou-se o tamanho, o crescimento de vendas, o setor econômico e empresa de auditoria.

A regressão aplicada consiste no seguinte modelo:

$$NCRI_{it} = \beta_0 + \beta_1 NGC1_{it} + \beta_2 VEXT1_{it} + \beta_3 PROP_{it} + \beta_4 CONC1_{it} + \beta_5 ROA_{it} + \beta_6 NSUST_{it} + \beta_7 INVESTOR_{it} + \beta_8 MTB_{it} + \beta_9 TAM_{it} + \beta_{10} CV_{it} + \beta_{11} REGULADO_{it} + \beta_{12} AUD_{it} + \varepsilon$$

Em que:

NCRI_1 = Nível de conformidade do RI através de informações qualitativas;

NCRI_3 = Nível de conformidade do RI através de informações qualitativas, quantitativas e monetárias;

NGC = Nível de governança corporativa;

VEXT = Vendas para o exterior;

PROP = Estrutura de propriedade;

CONC1 = Concentração de propriedade;

ROA = Retorno sobre ativos;

NSUST = Nível de sustentabilidade;

INVEST = Investidor estrangeiro;

MTB = *Market to book*;

TAM = Tamanho;

CV = Crescimento de vendas;

REGULADO = Empresas pertencentes a setores econômicos regulados;

AUD = Empresa de auditoria;

ϵ : Erro.

Para se obter o nível de conformidade (NCRI), considerou-se a presença ou não da informação requerida no relatório divulgado. Assim, o item recebia 1 (um) ponto se evidenciado e, caso contrário, a pontuação atribuída foi 0 (zero). Para cada item analisado, considerou-se três tipos de informação: qualitativo, quantitativo e monetário. Sendo que para a empresa ter ponto 1 no qualitativo, a informação deveria estar descrita no relatório. Para o quantitativo, o dado deveria ser apresentado de forma numérica. Já na categoria do monetário, a empresa recebeu a pontuação 1 (um) se informou o valor monetário correspondente em cada item. Desta maneira, cada item analisado poderia receber até 3 pontos, de acordo com a natureza da informação divulgada, formando assim o índice para análise do nível de conformidade de divulgação do RI. Adicionalmente, analisou-se a divulgação apenas da informação qualitativa, por ser mais recorrente nos relatórios.

O Tabela 2 apresenta um exemplo de como as informações foram analisadas, a partir da divulgação do Relatório Integrado do Banco Bradesco.

Tabela 2 – Características das informações analisadas

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUANTITATIVOS-CHAVE DE DESEMPENHO E RISCO ANALISADOS		
Eficiência ambiental		
Eficiência energética (consumo de energia e consumo de água);		
Informação Qualitativa	Informação Quantitativa	Informação Monetária
Reúne um conjunto de ações e metas específicas acerca de temas como energia, água, papel, resíduos, plásticos e Gases do Efeito Estufa (GEE), com adoção planejada ao longo dos últimos cinco anos. As metas, baseadas em indicadores, consideram a geração de valor (Lucro Líquido Contábil) pela Organização e o impacto ambiental causado em relação a cada tema monitorado (p. 81).	Utilização de água de reuso na matriz: 118,7 mil m ³ (p. 82).	Água, energia e gás: 345 (R\$ em milhões) (p. 119).

Fonte: elaborado pelos autores.

Para assegurar a confiabilidade dos resultados, foram considerados os pressupostos aplicados à regressão, incluindo a multicolinearidade, a autocorrelação de resíduos, a distribuição normal dos resíduos e a homocedasticidade.

4. Análise e interpretação dos resultados

Para identificar os fatores determinantes que contribuem de forma significativa para a evidenciação de informações relativas à sustentabilidade, de acordo com a estrutura do

Relatório Integrado, em empresas brasileiras de capital aberto, no ano de 2015, utilizaram-se variáveis já discutidas na literatura prévia sobre o tema e apresentadas na metodologia.

4.1 Análise univariada

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das variáveis quantitativas com suas medidas de posição (mínimo, máximo e média) e de dispersão (desvio padrão).

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis quantitativas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
NCR1	254	0,0000	1,0000	0,3103	0,4336
NCR3	254	0,0000	0,7527	0,1755	0,2487
MTB	254	-17,7100	53,4380	1,4853	4,5083
CV	254	-2813,6416	215,3146	-9,4847	182,0715
CONC1	254	5,3900	100,0000	49,4566	26,3525
TAM	254	7394	345549435	10564207	27914664
ROA	254	-1,0160	0,7310	0,0243	0,1580

Fonte: elaborado pelos autores.

As variáveis NCR1 e NCR3 indicam o nível de evidenciação das informações constantes do *checklist*, sendo a primeira constituída apenas pelas informações qualitativas e a segunda pelas três características informacionais. Os resultados indicam que a média da evidenciação das informações qualitativas foi superior ao nível global das informações, justificado pelo fato do NCR3 exigir maior detalhamento da informação.

Em relação à variável MTB, índice que analisa o quanto a empresa é valorizada pelo mercado em relação ao seu valor contábil (Gonçalves, Cunha & Neves Júnior, 2011), nota-se na Tabela 3 que a média foi de 1,4853 e uma dispersão de dados em 4,5083. Constatando-se assim, pelos números baixos apontados na pesquisa, que a maioria das empresas não consta um índice estável no mercado.

A variável crescimento de vendas (CV) indica que, em média, as empresas apresentaram resultados negativos em relação ao ano anterior e a maior dispersão entre as variáveis quantitativas utilizadas.

Quanto à variável concentração de propriedade, os resultados confirmaram o elevado percentual de poder de voto do acionista majoritário, conforme indicado pela literatura em estudos realizados por Brandão e Crisóstomo (2015).

A partir da elevada dispersão dos valores dos ativos representados pela variável TAM, constata-se a presença de empresas de distintos tamanhos na amostra investigada. Os resultados da variável ROA também apontam para uma elevada dispersão do retorno sobre ativo, em que o desvio padrão corresponde a mais de seis vezes a média obtida.

Observa-se no conjunto, que as características empresariais são distintas na amostra investigada, permitindo considerá-las na avaliação da influência sobre o nível de evidenciação.

4.3 Análise multivariada

Para definir os fatores que influenciam o nível de conformidade das informações divulgadas pelas empresas em relação ao proposto pelo IIRC, utilizou-se o modelo dos mínimos quadrados ordinários (MQO), gerados no software *Gretl*®.

Conforme descrito nos Procedimentos Metodológicos, a análise da variável dependente é representada pelo nível de conformidade do relatório integrado (NCR1_3), considerando-se as três características informacionais (qualitativa, quantitativa e monetária). A Tabela 4 apresenta os resultados da aplicação do modelo para a variável dependente NCR1_3.

A Tabela 4 demonstra que o modelo dos mínimos quadrados ordinários produziu um R² ajustado de 24% e apresenta relação positiva e significativa com a variável dependente ao nível de 1% (estatística F), com erros padrões robustos à heteroscedasticidade.

Tabela 4 – Determinantes do nível de conformidade com o relato integrado

	Coeficiente	Erro Padrão	T	p-valor
Constante	-0,236949	0,133290	-1,778	0,0767 *
NSUST	0,214471	0,0465911	4,603	<0,0001 ***
MTB	0,00666663	0,00213153	3,128	0,0020 ***
CV	0,000128309	3,55715e-05	3,607	0,0004 ***
CONC_1	-0,000330129	0,000556078	-0,5937	0,5533
TAM	0,0556846	0,0230417	2,417	0,0164 **
AUD	-0,0192525	0,0370441	-0,5197	0,6037
INVESTIDOR	0,0343646	0,0335423	1,025	0,3066
NGC_1	0,0360785	0,0363846	0,9916	0,3224
VENDEXT	0,0372158	0,0310109	1,200	0,2313
REGULADO	0,0259352	0,0349460	0,7422	0,4587
ROA	0,116995	0,0552395	2,118	0,0352 **
PROP	-0,00499762	0,0280876	-0,1779	0,8589
Média var. dependente	0,17	D.P. var. dependente		0,25
Soma resíduos quadrados	11,38	E.P. da regressão		0,22
R-quadrado	0,27	R-quadrado ajustado		0,24
F(12, 241)	13,52	P-valor(F)		3,11e-21
Log da verossimilhança	33,93	Critério de Akaike		-41,85
Critério de Schwarz	4,13	Critério Hannan-Quinn		-23,35

* Significativo ao nível de 10% ** Significativo ao nível de 5% *** Significativo ao nível de 1%

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se na Tabela 4 que a variável NSUST apresentou coeficiente estatisticamente significativo ao nível de 1% em relação à divulgação de informações de sustentabilidade, ou seja, indicando influência positiva da participação na carteira ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) na probabilidade da divulgação em conformidade com o relatório de sustentabilidade ou Relatório Integrado.

O resultado do estudo está coerente com o esperado, tendo em vista que as empresas que compõem a carteira teórica pactuam a necessidade do desenvolvimento sustentável atual pautado pela eficiência econômica, equilíbrio ambiental e justiça social (Ricardo *et al.*, 2017).

Os resultados oriundos do uso da variável NSUST se assemelham ao encontrado por Ricardo *et al.* (2017), que pesquisaram as variáveis capazes de influenciar na divulgação de relatórios de sustentabilidade (ou Relatório Integrado) pelas empresas listadas na BM&FBovespa, nos anos de 2011 a 2014, constatando que a participação das empresas na carteira ISE impacta de forma positiva sua probabilidade de publicação de relatórios, ao nível de significância de 1%.

A variável MTB também apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo ao nível de 1% com a variável dependente, indicando que as empresas que estão com maiores índices de valor de mercado em relação ao seu valor contábil, são mais propícias a divulgar informações relativas ao relatório de sustentabilidade ou relatório integrado. Este resultado corroborou com os achados de Lafond e Roychowdhury (2008), onde identificaram que, essencialmente ao longo do tempo, empresas conservadoras tendem a apresentar mais informações.

É possível perceber ainda, na Tabela 4, que a variável CV mostrou-se relacionada positivamente e de forma significativa ao nível de 1%, com o grau de evidência, indicando que conforme crescem as vendas da empresa, cresce também o seu nível de divulgação de informações, tornando-a mais transparente. Os resultados corroboram o entendimento de Gaio (2010), de que as empresas ao apresentarem níveis mais elevados de crescimento de vendas

possuem maiores oportunidades de investimento, necessitando de um aumento de fundos externos, incentivando a melhoria das informações divulgadas ao seu público externo.

A variável TAM indicou uma influência positiva e estatisticamente significativa ao nível de significância de 5% na variável dependente. Os resultados estão em linha com os achados de Ricardo *et al.* (2017), indicando que quanto maior a empresa maior será a probabilidade de divulgação de informações referente às atividades de sustentabilidade praticadas por ela.

Espera-se que as empresas maiores utilizem de forma mais abrangente os mercados de capitais para obterem financiamento, no comparativo com as empresas de porte menor. Isso implica diretamente na quantidade e qualidade da informação divulgada, pois elas indicam a situação da empresa para o mercado de capitais (Aceituno *et al.*, 2013).

Outra variável significativa identificada neste estudo foi o ROA, apresentando um nível de significância de 5% com a variável dependente. Assim, os achados indicam que empresas mais rentáveis tendem a divulgar mais informações para se diferenciar de empresas menos rentáveis.

Os resultados referentes à variável ROA se assemelham aos indicados por Murcia (2009), em que o nível de rentabilidade mostrou-se um fator explicativo do nível de *disclosure* voluntário de companhias abertas no Brasil, no período de 2006 a 2008.

Empresas mais rentáveis tendem a ter maior probabilidade de divulgação de informações a fim de se diferenciar das demais. Como há um *trade-off* entre os custos e benefícios de informar ao mercado o valor da empresa, as companhias altamente rentáveis se beneficiam mais ao informar sobre seu desempenho positivo, evitando, assim, a assimetria informacional decorrente da seleção adversa (Troberg, Kinnunen & Seppänen, 2010).

O resultado das variáveis NSUST e TAM não corroboraram os resultados de Pinho e Carneiro (2014), que pesquisaram os fatores determinantes da divulgação do Relatório Integrado nas empresas listadas no Ibovespa, em 2012. Os resultados encontrados foram que o tamanho da empresa e participar da carteira ISE não são fatores determinantes para a divulgação.

As variáveis CONC, AUD, INVESTIDOR, NGC, VEXT, REGULADO e PROP não apresentaram níveis de significância para explicar o comportamento da variável dependente NCRI_3, mensurada pelas características qualitativa, quantitativa e monetária.

Adicionalmente, analisou-se como variável dependente a evidenciação das informações exclusivamente qualitativas, predominantes nos relatórios investigados. A principal finalidade é observar o comportamento da variável dependente em aspectos mais específicos de análise, reforçando o entendimento sobre o comportamento das empresas investigadas.

A Tabela 5 apresenta os resultados da aplicação do modelo para a variável dependente NCRI_1.

Tabela 5 – Determinantes para a conformidade de informações qualitativas do RI

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>T</i>	<i>p-valor</i>	
Constante	-0,404084	0,238917	-1,691	0,0921	*
NSUST	0,364539	0,0808919	4,506	<0,0001	***
MTB	0,0119203	0,00392366	3,038	0,0026	***
CV	0,000228458	6,00235e-05	3,806	0,0002	***
CONC_1	-0,000547735	0,000975399	-0,5615	0,5749	
TAM	0,0965183	0,0414600	2,328	0,0207	**
AUD	-0,0303002	0,0657588	-0,4608	0,6454	
INVESTIDOR	0,0605607	0,0596705	1,015	0,3112	
NGC_1	0,0539381	0,0625752	0,8620	0,3896	
VENDEXT	0,0712478	0,0541801	1,315	0,1898	
REGULADO	0,0550559	0,0622592	0,8843	0,3774	

Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

ROA	0,210178	0,0981997	2,140	0,0333	**
PROP	-0,0184137	0,0491108	-0,3749	0,7080	
Média var. dependente	0,31	D.P. var. dependente		0,43	
Soma resíduos quadrados	34,73	E.P. da regressão		0,38	
R-quadrado	0,27	R-quadrado ajustado		0,23	
F(12, 241)	14,31	P-valor(F)		2,24e-22	
Log da verossimilhança	-107,70	Critério de Akaike		241,41	
Critério de Schwarz	287,39	Critério Hannan-Quinn		259,90	

* Significativo ao nível de 10% ** Significativo ao nível de 5% *** Significativo ao nível de 1%

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se na Tabela 5 que os achados se assemelham aos da Tabela 4, podendo-se inferir que os fatores que determinam níveis mais elevados de evidência das informações qualitativas são os mesmos que explicam as informações completas, adicionando as de caráter quantitativo e monetário.

Através destes resultados, evidencia-se um grande interesse por parte das companhias em divulgar informações de sustentabilidade, essencialmente as que tem maior destaque e exposição na sociedade. As empresas que mais crescem, as que tem maior retorno sobre seu ativo, e/ou que estão cadastradas na carteira ISE buscam se encaixar com maior nível de significância neste novo formato de divulgação de informações sobre sustentabilidade, por interessar-se em esclarecer ao seu público as informações mais precisas em relação as suas atividades, vendo o RI como o proponente para esta ação.

5. Conclusões e recomendações

O objetivo do estudo foi analisar os fatores determinantes da conformidade dos Relatórios Integrados (RI) em relação às diretrizes divulgadas pelo IIRC, nas empresas brasileiras de capital aberto, no ano de 2015. Evidenciando as publicações divulgadas atreladas a temática.

Atualmente, em meio as mudanças conceituais em relação as questões socioambientais, as bases do Relatório Integrado corroboram como uma importante ferramenta para enfrentar estes desafios e promover a sustentabilidade. Neste sentido, com esta pesquisa foi possível notar a relevância e implementações realizadas pelas empresas para fins de promover a sustentabilidade e maior transparências de suas ações para seus usuários, empregando esses relatórios como base para tomada de decisões.

Destaca-se como resultado desta pesquisa os cinco fatores que apresentaram níveis significantes em relação a divulgação de informações inerentes as diretrizes divulgadas pelo IIRC em seus relatórios anuais de sustentabilidade, sendo eles: nível de sustentabilidade (NSUST), *market to book* (MTB), crescimento de vendas (CV), tamanho (TAM) e retorno sobre ativos (ROA).

A variável NSUST confirma que há uma relação positiva entre uma companhia integrante da carteira ISE e a sua maior probabilidade na divulgação de relatórios de sustentabilidade ou Relatório Integrado.

Com níveis de significância para variável MTB constata-se que as empresas da amostra desta pesquisa que são mais valoradas no mercado têm maior atenção dos investidores, divulgam mais informações para embasar as decisões. Do mesmo modo, com a variável ROA confirma-se que as empresas mais rentáveis, que tem maiores retornos anuais sobre seu ativo, tendem a divulgar mais informações para se diferenciar das demais.

As variáveis TAM e CV alinham-se pela maior divulgação pelo seu destaque e exposição ao mercado, onde se pressupõem que grandes empresas possuem maior visibilidade na sociedade, os custos deste destaque são maiores, fazendo com que as empresas sejam mais

transparentes e se preocupem com sua reputação, assim essas companhias divulgam mais informações inerentes a suas atividades voltadas a sustentabilidade, que as demais.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se primeiramente o caráter intencional da amostra, não permitindo a generalização dos resultados. Outro fator a ser considerado como limitação para este estudo é o caráter voluntário das informações divulgadas, cujos relatórios analisados em sua maioria não passaram por auditoria, ficando mais sujeitos a discricionariedade do preparador dos relatórios a serem publicados pelas empresas.

Desta forma, sugere-se como pesquisa futura a investigação com a inclusão de outros fatores para identificar com maior precisão os determinantes para a conformidade na divulgação dos Relatórios Integrados. Recomenda-se, ainda, a continuidade deste estudo analisando nos demais anos o nível de significância das variáveis pesquisadas em relação a variável dependente deste estudo.

Referências

- Aceituno, J.V.F., Ariza, L.R., & Sanchez, I.M.G. (2013). Is integrated reporting determined by a country is legal system? an exploratory study. *Journal of cleaner production*, 44(1), 45-55.
- Adams, C. A. (2015). The International Integrated Reporting Council: a call to action. *Critical perspectives on accounting*, 27(1), 23-28.
- Andrade, L. P., Bressan, A. A., Iquiapaza, R. A., & Moreira, B. C. (2013). Determinantes de adesão ao índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa. *Revista brasileira de finanças (online)*, 11(2), 181-213.
- Braga, J. P., Oliveira, J. R. S., & Salotti, B. M. (2009). Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. *Revista de contabilidade da UFBA*, 3(3), 81-95.
- Brandão, I. F., & Crisóstomo, V. L. (2015). Concentração de propriedade e qualidade da governança da empresa brasileira. *Rev. bras. finanças (online)*, 13(3), 438-469.
- Carvalho, L. N. (2013). *Relatórios empresariais: uma agenda que se renova*. Ideia sustentável, disponível em: <<http://www.erudito.fea.usp.br/portalfca/repositorio/3581/documentos/is33%20-%20relatorios%20empresariais%20uma%20agenda%20que%20se%20renova%20iirc.pdf>>. Acesso em: 13/12/2016.
- Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. (2013). *Relato integrado*. In: Fontes Filho, J. R., Leal, & R. P. C. O futuro da governança corporativa: desafios e novas fronteiras. 1. ed. São Paulo: Saint Paul.
- Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. (2014). Relato integrado: a próxima revolução contábil. *Revista Fipecafi*, 1(1), 21-34.
- Cormier, D., & Magnan, M. (1997). Investors assessment implicit environmental liabilities: an empirical investigation. *Journal of accounting an public policy*, 1(16), 215 – 241.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Dancey, C., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: usando spss para windows*. (3rd ed.). Porto Alegre: Artmed.

Eccles, R. G., & Saltzman, D. (2011). Achieving sustainability through integrated reporting. *Stanford social innovation review*, 1(1), 51 – 61.

Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. São Paulo: M.Books do Brasil.

Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: a story of failure. *Critical perspectives on accounting*, 27(1), 1 – 17.

Fragalli, A., Panhoca, L., González, A., Almeida, L., & Costa, M. (2014). Relato integrado de uma propriedade agrícola: um estudo de caso com base no framework do International Integrated Reporting Council (IIRC). *anais... XXI Congresso brasileiro de custos – Natal, RN, Brasil, 17 a 19 de novembro*.

Freitas, B. F. G., & Freire, F. S. (2017). Relato integrado: um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no relatório socioambiental do conselho federal de contabilidade. *Sociedade, contabilidade e gestão*, 12(1), 77-92.

Gaio, C. (2010). The relative importance of firm and country characteristics for earnings quality around the world. *European accounting review*, 19(4), 693-738.

Gil, A. C. (2006). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4rd ed.), São Paulo: Atlas.

Gonçalves, L. S., Cunha, V. B., & Neves Júnior, I. J. (2011). Análise de resultados: um estudo exploratório sobre a correlação entre o índice *market-to-book*, os índices tradicionais de rentabilidade e o EVA. *Pensar contábil*, 13(51), 17 - 25.

Hossain, M., & Hammami, H. (2009). Voluntary disclosure in the annual reports of an emerging country: the case of qatar. *Advances in accounting*, 25(2), 255-265.

International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). *The International Framework*.

KPMG. *The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting*, 1999. Amsterdam, 1999.

Lafond, R., & Roychowdhury, S. (2008). Managerial ownership and accounting conservatism. *Journal of accounting research*, 46(1), 101-135.

Lanis, R., & Richardson, G. (2012). Corporate social responsibility and tax aggressiveness: a test of legitimacy theory. *Accounting, auditing & accountability journal*, 26(1), 75-100.

Lozano, R. (2013). Sustainability inter-linkages in reporting vindicated: a study of european companies. *Journal of cleaner production*, 51(1), 57–65.

Lozano, R., & Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of cleaner production*, 19(1), 99-107.



Martin, A.D., & Hadley, D. J. (2008). Corporate environmental non-reporting: a uk-ftse 350 perspective. *Business strategy and the environment*, 17(1), 245–259.

Murcia, F. D., Rover, S., Lima, I., Fávero, L. P. L., & Lima, G. A. S. F. (2008). ‘Disclosure verde’ nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista UNB Contábil*, 11(1), 260-278.

Murcia, F. D. (2009). *Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no brasil*. 188f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

Nossa, V. (2002). *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 249 f. Tese (Doutorado em controladoria e contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

Nunes, J. G., Teixeira, A. J. C., Nossa, V., & Galdi, F. C. (2010). Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBovespa de sustentabilidade empresarial. *Revista de administração e contabilidade da UNISINOS*, 7(4), 328-340.

Perez Junior, J. H., Oliveri Neto, R. O., & Silva, C. A. (2014). *Relatório integrado: integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos*. São Paulo: Atlas.

Pinho, R., & Carneiro, C. (2014). Os fatores determinantes da divulgação do relatório integrado nas empresas listadas na Ibovespa em 2012. In: Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente - ENGEMA, 16., 2014, São Paulo. *anais...* São Paulo: USP.

Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação. *Revista de gestão social e ambiental*, 11(1), 90-104.

Rizzi, D. I., Mazzioni, S., Zanin, A., Kruger, S. D., & Di Domenico, D. (2016). A experiência de empresas catarinenses com o relatório integrado. In: Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente - ENGEMA, 18., 2016, São Paulo. *anais...* São Paulo: USP.

Silva, E. L., Menezes, E. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (4rd ed.), Florianópolis: UFSC.

Slaper, T. F., & Hall, T. J. (2011). The Triple Bottom Line: what is it and how does it work? *Indiana business review*, 86, 4-8.

Slewinski, E., Gonçalves, M. N., & Sanches, S. L. R. (2015). Determinantes da divulgação do relatório de sustentabilidade ou do relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa. In: Contabilidade e Controladoria no século XXI. 2015, São Paulo. *anais...* São Paulo: XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade.



7º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS
7º CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, CORRUPÇÃO E FRAUDES



Florianópolis, 10 a 12 de Setembro de 2017

Teixeira, E. A., Nossa, V., & Funchal, B. (2011). O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. *Revista de contabilidade e finanças - USP*, 22(55), 29-44.

Thomson, I. (2015). But does sustainability need capitalism or an 'Integrated Report' a commentary on 'the International Integrated Reporting Council: a story of failure' by Flower, J. *Critical perspectives on accounting*, 27(1), 18 – 22.

Troberg, P., Kinnunen, J., & Seppänen, H. J. (2010). What drives cross-segment diversity in returns and risks? evidence from japanese and u.s. firms. *The international journal of accounting*, 45(1), 44-76.

Tweedie, D., & Martinov-Bennie, N. (2015). Entitlements and time: integrated reporting's double-edged agenda. *Social and environmental accountability journal*, 35(1), 49-61.

Zaro, E. S. (2015). *Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual*. 170f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.